

# **Juntos somos mais. Articulações entre associativismo e sindicalismo docente no contexto de reformas educativas gerencialistas**

*Marco Mello<sup>1</sup>*

## **ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO DOCENTE**

Um dos novos campos de investigação que recentemente vêm se afirmando no contexto brasileiro, pela prolífica produção científica e relevância social, é o do associativismo e do sindicalismo docente.

GINDIN (2009), ao fazer um levantamento inicial do estado da arte em sua tese de doutorado, identifica a existência de uma importante produção sobre sindicalismo docente, realizada basicamente nos programas de pós-graduação. O autor identificou em levantamento recente a existência de 71 dissertações e 18 teses sobre o sindicalismo docente de educação básica no Brasil, a maioria ainda inédita. O pesquisador ainda destaca o caráter regional ou localizado da maioria dos estudos, o que começa a ser revertido com a organização da Rede de Pesquisadores em Associativismo e Sindicalismo em Educação (Rede ESTE), com o consequente fortalecimento de vínculos, trocas e socialização dos trabalhos realizados.

Das leituras que temos realizados identificamos uma diversidade temática bastante ampla nesse campo. Temas relacionados à formação histórica do proto-sindicalismo e do sindicalismo dos trabalhadores em educação (DAL ROSSO et alli, 2011b; CRUZ, 2008, PACHECO, 1993), histórias do

---

<sup>1</sup> Professor e Coordenador Pedagógico na Rede Municipal de Educação de Porto Alegre-RS. Historiador e Mestrando em Educação, sob a orientação do Prof. Dr. Luís Armando Gandin, junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: marcoantoniomello@terra.com.br

associativismo docente (CARDOSO e TAMBARÁ, 2011); à profissionalização e a identidade docente (VICENTINI e LUGLI, 2009), as relações entre trabalho docente, gênero e sindicalismo (VIANNA, 2001; FERREIRA, 2006; FERREIRA, 2011), ao processo de mobilização e organização sindical (SOUZA, 1997; VALE, 2002), as greves e negociações coletivas no âmbito educacional (ALBANO, 1983; BULHOES e ABREU, 1992; CPERS-RS, 1995); financiamento e carreira docente (GOUVEIA e SOUZA, 2012) a participação dos trabalhadores no meio sindical docente (MIRANDA, 2011), entre outras temáticas.

Ainda que diversos e com um amplo espectro coberto na produção recente, muitos dos estudos se revestem de um caráter e uma linguagem marcadamente militante, certamente influenciado pelo pertencimento e engajamento dos seus autores. Transitando entre estudos históricos e sociológicos, grande parte concentra as pesquisas em estudos em torno da gênese e funcionamento das organizações sindicais e nas grandes mobilizações de grandes sindicatos em âmbito estadual.

Ainda são em número relativamente pequeno os trabalhos que investigam as reações de organizações sindicais e associações de trabalhadores em educação face às reformas educacionais e ao Estado, e particularmente em relação às políticas e às reformas curriculares gestadas e implementadas nas redes públicas no cenário recente. Claro, há exceções, entre elas os trabalhos de OLIVEIRA (2003), MELO (2009), FONTOURA, GENTILI e GINDIN (2009) e MIRANDA (2011), e elas são inspiradoras para essa pesquisa; afinal, as dezenas de sindicatos municipais e estaduais de docentes são tributárias do novo ordenamento jurídico da Constituição de 1988, que possibilitou a organização de servidores públicos em sindicatos e têm, ao longo de um quarto de século, se afirmado com reconhecimento social e político como agrupamentos que conquistaram status profissional e técnico na sociedade (VICENTINI e LUIGI, 2011).

O impacto dos estudos acerca do papel do associativismo e do sindicalismo docente no tocante à formulação e implementação de políticas educacionais tem se apresentado, portanto, como um desafio aos pesquisadores, gestores e para os ativistas organizados em torno de suas entidades de classe, em especial no contexto das reformas educacionais na América Latina (ASSAEL et alii, 2011). De modo análogo é possível indagar qual o papel que o associativismo educacional tem cumprido na própria redefinição da identidade dos docentes e trabalhadores em educação em geral, dada à natureza assumida de denúncia, crítica e contraposição a muitas das políticas advindas dos gestores de plantão.

Especificamente no território no qual está situada a pesquisa, Porto Alegre, ainda é incipiente o mapeamento do tecido associativo existente. Destaca-se o trabalho de SILVA (2007) que

investigou, em uma parceria com o Observatório Social de Porto Alegre, 167 associações comunitárias e sua participação no Orçamento Participativo local. Todavia, como indica esse pesquisador “Um amplo segmento do universo associativo (Rotary, Lions, maçonaria, entidades empresariais, associativismo de classe média etc.) é praticamente ignorado e pouco se sabe sobre o papel dessas organizações na reprodução das desigualdades e hierarquias da sociedade brasileira.” (SILVA:2010, p.7)

Particularmente no caso do município de Porto Alegre, a exemplo de algumas outras grandes cidades, há um processo de coexistência entre sindicato dos servidores públicos municipais e associação de trabalhadores em educação, com a manutenção da especificidade da identidade dos professores (mais tarde resignificada como dos trabalhadores em educação) em torno de sua entidade representativa.

Espera-se que a pesquisa, que se encontra em um estágio inicial, contribua, portanto, para uma compreensão crítica mais ampla do papel das associações de trabalhadores e sindicatos na esfera educacional, identificando as principais formulações, assim como as tensões, contradições, dilemas e limites desse intelectual coletivo (GRAMSCI, 1989) em uma perspectiva relacional frente às políticas educacionais e reformas curriculares experimentadas.

Mais do que isso, a opção declarada de realizar uma pesquisa a partir de um contexto e de um objeto próximo, com uma pertença e uma gramática ancorada em um referencial analítico crítico e dialético, requer a chamada vigilância epistemológica (BACHELARD, 1996) associada com uma reflexividade ética (GERWIRTZ e CRIBB, 2006:111) para que a tomada de distância epistemológica (FREIRE,1983) venha acompanhada do necessário rigor analítico a uma pesquisa social crítica que, sem fazer simplificações e generalizações apressadas, possa contribuir na compreensão da complexidade do real, desde a materialidade e suas múltiplas representações.

Concordamos com a análise de FERRAZ (2012:18) quando o mesmo afirma que

“(...) para uma análise sociologicamente consequente, torna-se fundamental afastar qualquer perspectiva voluntarista de descrever o sindicalismo como portador de um valor intrínseco e único responsável pelas mudanças estruturais que vão dar a luz a um mundo mais justo e igualitário. Consequentemente, a régua, que alguns intelectuais utilizam para medir a ação sindical pela sua aproximação ou distanciamento das práticas que conduzirão o mundo à revolução redentora, não tem a menor relevância acadêmica ou científica. Pois, nada esclarece das relações sociais que impulsiona a vida e as disputas reais no interior dos conflitos sindicais.”

## **PORTO ALEGRE E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Porto Alegre tem entre as capitais brasileiras uma rede municipal relativamente modesta. Possui 96 escolas, sendo 47 de Ensino Fundamental, nas quais atende 46.607 alunos, nas tipologias e modalidades de ensino regular, educação de jovens e adultos e educação especial. Possui ainda duas escolas de ensino médio e educação profissional com uma matrícula de 1.710 alunos, 7 jardins de praça e 34 escolas infantis, o que totaliza 5.757 matrículas (PMPA, Anuário Estatístico:2011).

Esses números perfazem um total de 4.026 professores da rede própria, além de cerca de 1.200 funcionários, entre concursados, celetistas e terceirizados. Além da rede própria, 196 creches comunitárias são conveniadas com a administração local, e recebem recursos e assessoria pedagógica do poder público para seu funcionamento.

Porto Alegre foi uma cidade que se projetou na última década do século passado e nos primeiros anos deste com um exemplo paradigmático de gestão local participativa, inclusiva e cidadã. Particularmente a referência da Escola Cidadã, que nomeou a experiência mais longeva e conhecida em educação da Frente Popular, coalizão de partidos de esquerda que governou a cidade por 16 anos, sob a liderança do Partido dos Trabalhadores (1989-2004), se constituiu como referência além-fronteiras de uma opção por educação progressista e transformadora no âmbito de uma rede pública, justamente em um momento de cercamento e hegemonia das políticas neoliberais em escala global (AZEVEDO, 2007; GANDIN, 2002, 2008, 2011a).

Passados dez anos do final dessa experiência de gestão cabe indagar, dada a importância dessa referência, como se configuram as políticas educacionais na esfera local, agora sob a condução de uma coalizão de outra frente política oposicionista àquela concepção, que tem em partidos vinculados historicamente ao trabalhismo (PDT – Partido Democrático Trabalhista e PTB - Partido Trabalhista Brasileiro) a condução das ações à frente da Secretaria Municipal de Educação (2005-2008, 2009-2012, 2013-2016) na esfera local e, que contraditoriamente, na escala federal, dialogam e se alinham à gestão educacional do Ministério da Educação sob a responsabilidade do Partido dos Trabalhadores nas gestões Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-...).

SANTOS (2012), em trabalho recente ao analisar detidamente essas últimas gestões à frente da Secretaria Municipal de Educação da capital gaúcha, as tipificou como marcadas pela “política curricular da ausência” com uma declarada omissão na orientação teórico-metodológica da política curricular da rede no âmbito da educação fundamental regular, que mantém formalmente as referências de organização curricular existentes nas gestões das Administrações Populares, mas que

acentuada e deliberadamente vêm sendo marcadas pelo movimento de globalização das políticas e perspectivas neoliberais e gerenciais.

Vários indícios observados em levantamento preliminar, desde as formulações sistematizadas pela ATEMPA, apontam a prevalência de uma concepção dos gestores da secretaria de educação que celeremente avança para uma visão diretiva e tecnocrática na condução da política educacional. Entre essas evidências destacam-se a estruturação de gerências de projetos, com metas rigorosas a serem cumpridas com responsabilização dos gestores e educadores; a centralidade dos indicadores de resultados de testes e provas de larga escala por parte dos estudantes, como o IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, como critério de avaliação e eixo da formação de educadores da rede e indutor da padronização de referências curriculares próprios; o enfraquecimento deliberado da gestão democrática; a introdução de prêmios de estímulo ao desempenho docente; parcerias e conveniamentos com instituições privadas para a execução de projetos educacionais nas escolas; entre outras ações.

Esse processo, que pode ser caracterizado com uma nova expressão de gerencialismo (NEWMAN; CLARKE, 2012), à brasileira, com a vigência de reformas educativas neoconservadoras e neoliberais sob um rearranjo do bloco hegemônico, que reconfigura o papel do Estado e o orienta na direção do mesmo ser gerido pelos valores de mercado, passando a utilizar marcadores tais como eficiência, qualidade, competitividade, excelência, produtividade, privatização, contratação de serviços externos, parcerias público-privadas e, mais recentemente a inclusão de metas rígidas de controle social e desempenho pedagógico.

O alcance e as possibilidades de resistência proativa a favor de uma educação orientada desde uma perspectiva emancipatória, agora sem a presença de gestores e assessores da própria rede comprometidos com um projeto de caráter emancipatório, e em confronto com as soluções implementadas pelas novas administrações, tem se colado como um grande desafio, inclusive para a sobrevivência de sonhos, visões utópicas e experiências de “reformas não reformistas” (APPLE, AU, GANDIN, 2011).

## **A ATEMPA - ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE**

No cenário anteriormente traçado o protagonismo dos trabalhadores em educação tem sido um fenômeno que se reveste de uma importância que merece ser analisado com atenção e problematizado, nas suas potencialidades e nos seus limites (CAMPTON, WEIMER, 2011), sobretudo face ao que parece ser o esgotamento de um processo inspirador que projetou Porto Alegre além-

fronteiras e atualmente está em fase de reconstrução sob outras bases e referências, agora sob a batuta de gestões caracterizadas pelo neopopulismo pedagógico associado a políticas claramente regulatórias e gerencialistas (MELLO, 2010).

Particularmente no caso de Porto Alegre, o movimento associativo e sindical no âmbito municipal tem sido decisivo na própria configuração dos cenários e nas relações de forças presentes no campo educacional, não apenas com a apresentação de questões e demandas reivindicatórias aos gestores, mas com a produção de conhecimentos e reflexão sistemática sobre a própria política pública em educação, na defesa da educação pública com qualidade social. Esse fato nos conduz à hipótese que as lutas dos trabalhadores em educação se constituem como elementos centrais para a compreensão das políticas educacionais do período e não epifenômenos pontuais e meramente reativos às ações governamentais.

A ATEMPA, instituição que nos propomos a investigar, é uma entidade de classe que congrega os trabalhadores em educação vinculados ao município de Porto Alegre-RS. É sucessora da Associação dos Professores Municipais de Porto Alegre - APMPA - que foi fundada em 29 de agosto do ano de 1964, e que tinha como finalidades à época, entre outras: congregar o magistério municipal, representar a classe perante as autoridades públicas e promover seminários e congressos, sempre tendo em vista os interesses da categoria.

Em 1992, através de Assembleia Geral, foi aprovada uma alteração estatutária que transformou a APMPA em ATEMPA (Associação dos Trabalhadores em Educação do Município de Porto Alegre), congregando todos os trabalhadores das secretarias de educação e esporte do município. A ATEMPA tem sido protagonista, ao longo de sua existência, de lutas específicas para os trabalhadores em educação. Entre essas lutas destacam-se o plano de carreira do magistério transformado na Lei Municipal 6151/88 e na elaboração do Projeto de Lei do Plano de Carreira dos Servidores da SMED, as Leis da gestão democrática: criação do Conselho Municipal de Educação - CME, dos Conselhos Escolares, Eleição direta de diretores, criação do Sistema Municipal de Educação, com a instituição de Congresso Municipal como instância democrática deliberativa das políticas educacionais, garantindo aos trabalhadores em educação a participação nos rumos da escola e da educação municipal (ATEMPA, 2012).

Essa não é, contudo, uma história linear e ascendente. Há períodos com maior e menor incidência na política pedagógica por parte da associação e cremos que essa possa se constituir em uma contribuição da pesquisa, auxiliando a compreender como ela tem sido ressignificada de acordo com o momento político-pedagógico vivenciado na rede pública municipal.

No período mais recente, desde 2006, a ATEMPA tem intensificado sua atuação e sido parceira junto ao SIMPA – Sindicato dos Municípios de Porto Alegre na defesa dos direitos dos servidores municipais, estatutários e celetistas, nas negociações da data-base da categoria e nas lutas gerais por salário, carreira e condições de trabalho.

A ATEMPA tem ainda participado ativamente na discussão das políticas educacionais, em especial aquelas na esfera local, e tem se constituído como um sujeito coletivo (HOUTART, 2006) indispensável para se compreender as transformações que vem sendo objeto a rede municipal no período destacado nessa pesquisa. Atualmente a associação tem um grau de organização e incidência significativo na base social da rede e reúne cerca de 1.300 associados, entre professores, monitores, técnicos educacionais e funcionários de escolas, além de educadores lotados junto aos equipamentos da SME - Secretaria Municipal de Esportes.

Na sequência apresento brevemente a caracterização do Sindicato dos Municípios, instituição que juntamente com a ATEMPA tem representado os trabalhadores junto à administração local.

## **O SIMPA – SINDICADO DOS MUNICÍPIOS DE PORTO ALEGRE**

O Sindicato dos Municípios de Porto Alegre (SIMPA) foi fundado em 14 de outubro de 1988, logo após a promulgação da Constituição Federal, sendo o primeiro sindicato representativo de servidores públicos municipais do Brasil registrado no processo de abertura política do país. Seu eixo fundamental de ação é a defesa e representação dos servidores do Município de Porto Alegre, que perfazem um total de 24.000 servidores, entre ativos e inativos.

Depois de um período de combatividade, em 1996 é eleita uma direção corrupta, que fraudando eleições se mantém por uma década à frente da instituição e desmantela o sindicato financeira e politicamente. São as Associações e entidades, como a ATEMPA, que mantêm o movimento vivo, mas com dificuldades em construir a unidade e articulação global dos municípios. Em 2006, encerrado o ciclo de gestão da Administrações Populares, a categoria retoma o sindicato, elegendo uma diretoria comprometida com a organização e a luta dos trabalhadores, e o SIMPA começa a se reerguer financeira e politicamente. Desde então, o sindicato organiza, durante todo o ano, as lutas gerais de todos os municípios, bem como as demandas dos diversos setores, a exempção dos trabalhadores em educação, através de sua associação representativa.

Depois dessa caracterização, vejamos a seguir como o trabalho docente está presente nas proposições da Associação dos Trabalhadores em Educação do município de Porto Alegre.

## **TRABALHO DOCENTE NAS PAUTAS DE REIVINDICAÇÕES DA ATEMPA**

Destaco na análise das reivindicações apresentadas pela ATEMPA a categoria e a caracterização do trabalho docente, desde as contribuições de Tardif e Lessard (2012), procurando perceber se ela aparece, como aparece ou se está ausente na pauta dos educadores.

Podemos afirmar que a obra *Trabalho Docente*, de Tardif e Lessard, trata de uma análise das interações no trabalho docente, em uma perspectiva ampla, que transita entre a sociologia, a ergologia, a psicologia e a filosofia, que humaniza o cotidiano escolar ao atribuir centralidade às relações que ocorrem no interior das unidades escolares.

Ao trazerem elementos para uma teoria da docência os autores rejeitam a visão predominante técnica do trabalho docente, tida como secundária em relação ao trabalho material e produtivo na lógica do sistema capitalista. Por outro lado afirmam a docência como uma atividade de formação humana complexa, que requer múltiplos requisitos, baseada em interações que são historicamente situadas e que adquirem singularidade pela sua dupla caracterização de ser fundadas em um trabalho codificado, institucionalizado e prescrito e ao mesmo tempo flexível, dada as nuances e ambiguidades das relações e interações humanas nele presentes.

Dada a amplitude de mobilizações, ações e atividades de caráter formativo levadas a cabo pela ATEMPA, e que se amplia vista as ações conjuntas acionadas com o SIMPA, tenciono fazer um recorte específico no presente texto que dê centralidade às pautas de reivindicações da entidade no período 2010-2012, seja frente à Administração Municipal, na figura do Prefeito, seja frente à Secretaria Municipal de Educação, na figura da Secretária Municipal de Educação.

Início com a apresentação das principais demandas apresentadas no período através de tabelas-síntese, que indicam as reivindicações por ano e categoria<sup>2</sup>, as reivindicações em relação à política educacional e as demandas em relação a currículo e gestão.

Não tenciono neste ensaio analisar a efetividade, o possível êxito ou frustração em relação a essas proposições, mas sim as representações sociais desse sujeito social que é a Associação de Trabalhadores em Educação. Tampouco, dado o caráter incipiente de nossa investigação, pretendo avançar para uma necessária análise qualitativa mais aprofundada das percepções das lideranças e educadores da RME, algo que extrapolaria em muito as possibilidades deste ensaio.

Vejamos a seguir, desde um panorama mais amplo, como se apresentam as reivindicações do período:

---

<sup>2</sup> A inspiração para a utilização dessa estratégia é tributária da leitura do excelente trabalho de DONATO (2012).



**Tabela 1** - Reivindicações por ano e categorias

A tabela 1 evidencia a constância de um leque de reivindicações dos trabalhadores em

<b>Categoria</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>Total por item</b>
Condições de Trabalho	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	<b>16</b>
Financiamento da Educação	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>5</b>
Concurso Público	-	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>3</b>
Gestão Democrática	<b>6</b>	<b>8</b>	<b>4</b>	<b>18</b>
Política Educacional	<b>5</b>	<b>13</b>	<b>3</b>	<b>21</b>
Plano de Carreira	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>7</b>
Previdência e Saúde	<b>2</b>	<b>1</b>	-	<b>3</b>
Progressão Funcional	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>6</b>
Rede de Atendimento Criança e Adolescente	-	<b>2</b>	-	<b>2</b>
Remuneração	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>6</b>
Saúde do Trabalhador	-	<b>4</b>	-	<b>4</b>
Segurança	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>7</b>
<b>Total por ano</b>	<b>33</b>	<b>45</b>	<b>19</b>	<b>95</b>

educação, reunidos em torno de sua entidade representativa e que pode ser considerada razoavelmente ampla: Condições de Trabalho, Financiamento, Concurso Público, Política Educacional. Plano de Carreira, Previdência e Saúde, Progressão Funcional, Rede de Atendimento Criança e Adolescente, Remuneração, Saúde do Trabalhador e Segurança.

Destacam-se quantitativamente as demandas em relação à gestão democrática, perfazendo 15 propostas, bem como em relação à política educacional, que lidera a lista com 21 proposições. Embora estejam presentes as questões que via de regra fazem parte de uma pauta clássica das entidades de classe: salário, condições de trabalho e carreira e previdência, percebe-se que há uma incidência significativa em torno de temas que envolvem as questões em torno das relações político-pedagógicas. Sobressai ainda a presença de questões que evoluem diretamente o trabalho docente, como as condições de trabalho nas unidades escolares e a segurança.

De algum modo as reivindicações da ATEMPA, sistematizadas neste trabalho parecem apontar para uma leitura que se aproxima das considerações de Tardif e Lessard, quando os mesmos afirmam que o professor está no “centro da escola”, mas não ocupa a centralidade do fazer pedagógico, já que muitas das demandas apontam a necessidade de mudanças naquilo que do ponto de vista macroeducativo afeta o micro: a gestão, o financiamento e as políticas educacionais.

Evidentemente há que se reconhecer, no caso específico, que não se desconsidera as questões que envolvem as condições de trabalho e remuneração, que na rede municipal de Porto Alegre são bastante razoáveis em relação às redes públicas como um todo e particularmente em relação à rede pública estadual no RS.

A título de exemplo lembramos a intensificação progressiva da carga horária dos professores, que é destaque em autores que investigam a área (APPLE, 1995, 2002; TARDIF e LESSARD, 2012). Essa questão sequer aparece nas reivindicações da ATEMPA, possivelmente porque na Rede Municipal de Educação a política dos gestores desde no início de meados da década de 1990 foi assegurar 25% da carga horária para formação a ser cumprida na escola ou em atividades de formação promovidas pelos gestores (GIL e NETTO, 2011).

A previsão na Lei do Piso Salarial Nacional, sancionada em 2008 pela presidência da república, assegura em seu inciso 4 que “*Na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos.*” Essa prerrogativa, se levada á risca, deve desencadear uma revisão na zona de conforto aparente na rede pública analisada.

**Tabela 2 - Política Educacional (2010-2012)**

<b>Categoria</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>Total por item</b>
Oferta e expansão de vagas	-	4	-	4
Financiamento da Educação	2	1	1	3
Gestão Democrática	6	6	4	16
Integração entre secretarias, políticas e programas	-	2	1	3
Participação em fóruns educacionais	-	2	-	2
Regime de Colaboração	2	4	-	6
Plano Municipal de Educação	-	-	-	-
Projeto Educativo	-	3	3	6
Política de Formação	1	4	1	6
Sistema Municipal de Educação	3	1	-	4
<b>Total por ano</b>	<b>14</b>	<b>25</b>	<b>9</b>	<b>50</b>

Na tabela 2 podemos perceber uma distribuição razoavelmente equânime em relação às grandes questões que envolvem a política educacional, mas com destaque para questões que envolvem a política de gestão do órgão centralizado.

De maneira incomum, em se tratando de uma pauta de negociação anual, advinda de trabalhadores, aparecem cobranças de uma maior integração entre secretarias municipais, políticas e programas, assim como o respeito às deliberações do Conselho Municipal de Educação e mesmo a demanda pela qualificação da política de formação dos trabalhadores em educação e a conformação de um projeto pedagógico da Secretaria de Educação.

Mais uma vez a percepção de Tardif e Lessard acerca da caracterização da docência como um trabalho flexível e ao mesmo tempo codificado adquire sentido. A posição dos professores parece indicar uma percepção de que a qualificação do trabalho pedagógico passa pela forma de gestão educacional e do currículo como veremos detalhadamente na tabela a seguir.



**Tabela 3 - Currículo e Gestão (2010-2012)**

<b>Categoria</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>Total por item</b>
Avaliação Institucional	-	-	-	-
Congresso Municipal de Educação	1	-	-	1
Conselho Municipal de Educação	1	1	-	2
Conselhos Escolares	-	1	-	1
Diretrizes curriculares municipais	-	-	-	-
Educação Infantil	-	1	3	4
Educação Integral		1	-	1
EJA	-	-	1	1
Eleição de Equipe Diretiva das escolas		1	-	1
Ensino Médio	1	-	-	1
Estrutura, Recursos e Material Pedagógico	4	1	5	10
Formação continuada e em serviço	1	4	1	6
Gestão Democrática da Educação	3	1	2	6
Inclusão Pessoas com Deficiência e Dificuldades de Aprendizagem	2	5	4	11
Plano Municipal de Educação	-	-	-	-
Projeto Político Pedagógico das Escolas	-	1	-	1
Projeto Pedagógico da RME	-	1	-	1
Reorientação Curricular	-	1	-	1
Sistema de Avaliação educacional	-	-	-	-
<b>Total por ano</b>	<b>13</b>	<b>19</b>	<b>16</b>	<b>48</b>

É significativo que nas questões que envolvem a organização curricular não tenha aparecido apenas uma vez e nenhuma demanda sobre a (re) organização do processo de ensino, nem tampouco sobre o processo de avaliação, seja do processo de aprendizagem, seja no âmbito institucional.

Como esse trabalho priorizou uma análise quantitativa não podemos perceber os porquês dessa ausência. Porém, o foco na macro-política aparece mais uma vez aqui indicar uma grande valorização das questões de ordem da gestão e deliberação (Conselho Municipal, Congresso de Educação, Eleições de Direção, etc.) em detrimento das questões da ordem do cotidiano escolar que envolve diretamente a relação professor-aluno.

Nesse aspecto Tardif e Lessard nos lembram do quanto são múltiplas e diversificadas as tarefas da docência (2012) o que indica que não se trata de algo menor ou sem importância, mas pelo contrário, o centro do processo educativo propriamente dito. Afinal como lembram os autores *“ensinar é trabalhar com seres humanos, sobre seres humanos, para seres humanos. Essa impregnação do trabalho pelo ‘objeto humano’ merece ser problematizada por estar no centro do trabalho docente* (TARDIF, LESSARD, 2012:31).

Os objetivos pedagógicos na prática de sala de aula, a organização curricular, os programas, o planejamento das matérias, as dinâmicas na relação entre professor-aluno, entre os alunos, professores e pais, etc., aparecem indiretamente ou subliminarmente na pauta de reivindicações, o que é revelador do acento posto pelos trabalhadores que participam desse processo de construção.

Em compensação, ganha relevância na pauta de reivindicações as proposições que dizem respeito à política de inclusão, que perfazem 11 propostas ao longo do triênio analisado, bem como a demanda por recursos, estrutura e material pedagógico para as SIR's - Salas de Integração e Recursos, Laboratórios de Aprendizagem e para o atendimento aos alunos com necessidades especiais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Associação de Trabalhadores em Educação do município de Porto Alegre, no período analisado, vem se destacando pela sua capacidade de organização e mobilização, apresentando aos administradores locais, além das demandas em relação à melhoria das condições de trabalho, salário e carreira, que caracteriza uma pauta propriamente sindical, um leque de proposições bastante precisa em relação às políticas públicas em educação.

A atuação conjunta da Associação com o Sindicato dos Municipários, expressa no slogan que marca a atual gestão da ATEMPA, *“Juntos Somos Mais”*, bem revela o quanto o processo de

colaboração e alimentação recíproca tem contribuído para assegurar a especificidade das pautas dos trabalhadores em educação, assim como fortalecer a luta geral dos municipais na capital gaúcha.

Este trabalho pretendeu buscar uma aproximação inicial entre o campo do Associativismo Docente com o campo das Políticas Educacionais, a partir de um estudo de caso específico. Para tanto os referenciais teóricos para uma análise relacional (GANDIN, 2011b, APPLE,1999) que permitam perceber as relações entre associativismo docente, educação e as políticas econômicas, sociais e culturais mais amplas, desde a perspectiva da Educação Crítica (APPLE, WU, GANDIN, 2011) deverão ser fundamentais na continuidade da empreitada.

#### **FONTES DE CONSULTA:**

##### **ATEMPA**

- Acordos e Dissídios. ATEMPA
- Boletins ATEMPA
- Panfletos ATEMPA

##### **SIMPA**

- Jornal Luta Municipária. SIMPA
- Boletins. SIMPA
- Acordos Coletivos e Dissídios. SIMPA.

#### **Referências Bibliográficas:**

- ALBANO, Alzira Fortini. *A ideologia do professor estadual do Rio Grande do Sul face aos seus movimentos grevistas de 1979 e de 1980*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1983.
- APPLE, Michael W. *Educação e Poder*. Porto Alegre: ArtMed, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e de gênero em educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Políticas culturais e educação*. Lisboa: Porto Editora, 1999.
- APPLE, Michael W; AU, Wayne; GANDIN, Luís Armando. O mapeamento da Educação crítica. In: *Educação Crítica: análise internacional*. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- ATEMPA – ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE. *Gestão Democrática*: ATEMPA, 2009. Caderno de Formação n.1.
- \_\_\_\_\_. *Educação de Jovens e Adultos*. Porto Alegre: ATEMPA, 2009. Caderno de Formação n.2.
- \_\_\_\_\_. *Valorização dos Trabalhadores em Educação*. Porto Alegre: ATEMPA, 2009. Caderno de Formação n.3.

- AZEVEDO, José Clóvis. *Reconversão cultural da escola: mercoescola e escola cidadã*. Porto Alegre: Sulina; Ed. Universitária Metodista IPA, 2007.
- BACHELARD, Gaston. *A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BULHÕES, Maria da Graça; ABREU, Marisa. *A luta dos professores gaúchos (1979/1991): o difícil aprendizado da democracia*. Porto Alegre: L&PM, 1992.
- CÂMARA FEDERAL DOS DEPUTADOS. *Piso Salarial Profissional Nacional – Lei nº 11.738, de 16/7/2008*. Brasília. 2008.
- CAMPTON, Mary; WEINER, Lois. Os sindicatos de professores e a justiça social. In: APPLE, Michael W.; WAINE, Au; GANDIN, Luiz Armando. *Educação crítica: análise internacional*. Porto Alegre: Artmed, 2011. pp.437-450.
- CARDOSO, Sérgio Ricardo Pereira; TAMBARA, Elomar. Associação Sul Rio-Grandense de Professores: um caso de associativismo mútuo docente (1929-1979). In: DAL ROSSO Sadi (Org.) *Associativismo e sindicalismo em educação: organização e lutas*. Brasília: Paralelo 15, 2011. PP; 229-246.
- CPERS-SINDICATO. *50 anos: compromisso com a cidadania plena*. Porto Alegre: Tchê!, 1995.
- CRUZ, Hélvia Leite. *Condições de construção histórica do sindicalismo docente de educação básica*. Brasília. Universidade de Brasília, 2008. Tese (Doutorado em Sociologia).
- DAL ROSSO, Sadi (Org.) *Associativismo e sindicalismo em educação: organização e lutas*. Brasília: Paralelo 15, 2011a.
- DAL ROSSO, Sad; CRUZ, Hélvia Leite; RÊSES, Orlando da Silva. Condições de emergência do sindicalismo docente. *Pro-Posições*, Campinas, v. 22, n. 2 (65), p. 111-131, maio/ago. 2011b.
- DONATO, Débora Pinheiro. Sindicalismo docente na cidade de Curitiba. In: GOUVEIA, Andréa Barbosa; FERRAZ, Marcos (orgs.) *Educação e conflito: luta sindical docente e novos desafios*. Curitiba: Appris, 2012. PP. 89-131.
- FERRAZ, Marcos. Sindicalismo docente no Brasil: elementos para uma análise. In: GOUVEIA, Andréa Barbosa; FERRAZ, Marcos (orgs.) *Educação e conflito: luta sindical docente e novos desafios*. Curitiba: Appris, 2012. PP. 13-41.
- FERREIRA, Márcia Ondina Ferreira. Somos todos trabalhadores em Educação? Reflexões sobre identidades docentes desde a perspectiva de sindicalistas. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.32, n.2, p. 225-240, maio/ago. 2006.
- \_\_\_\_\_. Pesquisando gênero e sindicalismo docente: à procura de um referencial para uma temática transdisciplinar. In: DAL ROSSO, Sadi (Org.) *Associativismo e sindicalismo em educação: organização e lutas*. Brasília: Paralelo 15, 2011. PP.29-46.
- FONTOURA, Joana; GENTILI, Pablo; GINDIN, Julián. *Os sindicatos docentes e as reformas educacionais na América Latina. O caso brasileiro*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2008.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 12 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GANDIN, Luiz Armando. *Democratizing access, governance, and knowledge: the struggle for educational alternatives in Porto Alegre, Brazil, 2002*. University of Wisconsin - Madison, WISC, Estados Unidos. (Tese de Doutorado).



- \_\_\_\_\_. “Criando alternativas reais às políticas neoliberais em educação: o projeto da Escola Cidadã. In: APPLE, Michael; BURAS, Kristen. *Currículo, poder e lutas educacionais: com a palavra os subalternos*. Porto Alegre: Armed, 2008. pp.221-243.
- \_\_\_\_\_. Escola Cidadã: implementação e recriação da educação crítica em Porto Alegre. In: APPLE, W. Michael; AU, Wayne; GANDIN, Luís Armando (Orgs.). *Educação Crítica: análise internacional*. Porto Alegre: Artmed, 2011a. P. 380-393.
- \_\_\_\_\_. Michael Apple: a educação sob a ótica da análise relacional. In: REGO, Teresa Cristina. (Org.). *Currículo e Política Educacional*. Petrópolis: Vozes, 2011b.
- GIL, Juca; NETTO, Franciele Nepomuceno. O plano de carreira do magistério em Porto Alegre: abordagens iniciais. In: PERONI, Vera M.Vidal; ROSSI, Alexandre (Org.). *Políticas educacionais em tempos de redefinições para a democratização da educação*. Porto Alegre: PPEduc/UFRGS; Gráfica e Editora UFPEL, 2011. PP.231-246.
- GERWIRTZ, Sharon; CRIBB, Alan. O que fazer a respeito de valores na pesquisa social: o caso da reflexividade ética na sociologia da educação. In: BALL, Stephen; MANIARDES, Jefferson (Orgs.). *Políticas educacionais: questões e dilemas*. São Paulo: Cortez, 2006. P.100-122.
- GINDIN, Júlian. *Associativismo e sindicalismo docente no Brasil*. Rio de Janeiro, 17 e 18 de abril de 2009. Seminário para discussão de pesquisas e constituição de rede de pesquisadores. Reprogr.
- GOUVEIA, Andréia Barbosa; SOUZA, Ângelo Ricardo de. Financiamento da educação e carreira docente: possíveis implicações para a prática sindical. In: GOUVEIA, Andréa Barbosa; FERRAZ, Marcos (orgs.) *Educação e conflito: luta sindical docente e novos desafios*. Curitiba: Appris, 2012. PP. 43-61.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- HOUTART, François. “Os movimentos sociais e a construção de um novo sujeito histórico” In: BORON, Atílio; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina (Orgs.). *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociais-CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2006. pp. 421-430.
- MELO, Savana Diniz Gomes. *Reformas educacionais e nova organização do trabalho na escola: a (re) edição de conflitos docentes no Brasil e Argentina*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2009. Tese de Doutorado em Educação.
- MELLO, Marco. (Org.) *Paulo Freire e a Educação Popular*. Porto Alegre: IPPOA; ATEMPA, 2008,
- \_\_\_\_\_. “O espírito, o corpo e o jogo: o processo de Reconstrução Curricular nas Administrações Democrático-Populares: avanços, nós críticos e desafios”. *XII Fórum de Estudos: Leituras de Paulo Freire*. 2010. I: PUC-RS. Porto Alegre, EDIPUCRS.
- MIRANDA, Kênia. *As Lutas dos Trabalhadores da Educação: do Novo Sindicalismo à ruptura com a CUT*. Niterói: UFF, 2011. (Tese de Doutorado em História).
- NEWMANN, Janet; CLARKE, John. Gerencialismo. *Educação e Realidade*. Porto Alegre. V. 37, n.2. p.353-381, mai/ago 2012.
- OLIVEIRA, Dalila Andrade. *As reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

- PACHECO, Eliezer Moreira. *Sindicato e projeto pedagógico: A organização e as lutas dos professores públicos estaduais do Rio Grande do Sul de 1945 a 1991*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1993.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Anuário Estatístico. Porto Alegre: PMPA, 2011.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal de Educação. Boletim Informativo 2011 N° 2 - Ano XVI - PIE/SMED e Gestão de Pessoas/SMED. MEC - Censo Escolar.
- SANTOS, Graziella Souza dos. *Política Curricular da Rede Municipal de Porto Alegre: recontextualização no espaço da escola*. Porto Alegre: UFRGS, 2012. (Dissertação de Mestrado).
- SILVA, Marcelo Kunrath. *Relatório Final Mapa do associativismo em Porto Alegre*. Porto Alegre, UFRGS; ObservaPOA, 2007, reprogr..
- \_\_\_\_\_. De volta aos movimentos sociais? Reflexões a partir da literatura brasileira recente. *Ciências Sociais Unisinos*, v. 46, p. 2-9, 2010.
- SOUZA, Aparecida Nari de. Movimento sindical docente: a difícil trajetória. In: LEITE, Márcia de Paula. (Org.). *O trabalho em movimento: reestruturação produtiva e sindicatos no Brasil*. Campinas: Papyrus, 1997. p. 113-174.
- TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. *O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas*. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- VALE, Ana Maria do. *Diálogo e conflito: a presença do pensamento de Paulo Freire na formação do sindicalismo docente*. São Paulo: Cortez Editora; 2002.
- VIANNA, Cláudia. "A produção acadêmica sobre organização docente: ação coletiva e relações de gênero". *Educação & Sociedade*, n. 77, Campinas, dez 2001.
- VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário Genta. "Associativismo docente no Brasil: configurações e estratégias de legitimação do final do século XIX à década de 70. In: DAL ROSSO Sadi (Org.) *Associativismo e sindicalismo em educação: organização e lutas*. Brasília: Paralelo 15, 2011. PP; 171-189.
- VICENTINI, Paula; LUGLI, Rosário Genta. *História da profissão docente no Brasil: representações em disputa*. São Paulo: Cortez, 2009.